

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAÇATUBA: AÇÕES EFETIVAS DE INCLUSÃO

Patrícia Bispo De Araújo¹ (PG-UEMS)
Maria José de Jesus Alves Cordeiro² (UEMS)

Resumo: Reconhecemos os direitos de cada indivíduo, com suas diferenças e aptidões, descortina a importância da preservação dos direitos de ser e existir, da necessidade de aceitação e inclusão pela sociedade da qual fazemos parte. Dentro dessa concepção, acreditamos que a inclusão somente se efetivará em todos os âmbitos da sociedade quando todos compartilharem da ideia de que a Educação é o melhor caminho para um povo obter a base para mudança arquetípica. Nesse entendimento, os municípios necessitam se preparar para incluir todos os alunos, priorizando um atendimento e ensino de qualidade. A Escola como unidade de ensino que deseja tornar-se um corpo gerador de inclusão, deve buscar e proporcionar os meios necessários para efetivar uma educação inclusiva de direito e de fato, sendo um desses meios, o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar se o procedimento de mudança de paradigmas que vivenciamos na atualidade relacionado a inclusão de pessoas com deficiência tem se efetivado no Sistema de Ensino Municipal de Araçatuba/SP, com ações que atendem a sociedade e a família, por exemplo, a contratação de professores especialistas em Educação Especial, criação de espaços e materiais adequados para o AEE, para melhorar a vida funcional, educacional e social dos alunos com deficiência. Neste estudo, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, a partir de dados demonstrativos das ações desenvolvidas no AEE na perspectiva da educação inclusiva, pudemos fazer uma reflexão sobre o trabalho existente no Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba, no sentido de demonstrar a eficácia desse atendimento ou a necessidade de reformulação do AEE, para que as escolas propiciem de fato a interação e o desenvolvimento do aluno com deficiência no contexto escolar. Com os resultados obtidos pudemos constatar que em Araçatuba/SP a inclusão no seguimento das políticas públicas acontece e promove um ensino de direito a todos, independente de seus aspectos físicos ou cognitivos. Porém, demonstra a necessidade da sequência desse trabalho, da formação de professores e da busca por melhorias no Sistema Municipal de Ensino, especialmente nas ações de inclusão dos alunos com deficiência na sala comum e no AEE.

Palavras-chave: Inclusão. Diferença. Ensino.

Abstract: Recognize the rights of every individual, with their differences and skills, reveals the importance of preserving the rights of being and existence, the need for acceptance and inclusion by society to which we belong. Within this concept, we believe that the inclusion

¹ Mestranda em Educação pela UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul); supervisora vinculada a Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba/ SME-SP; patybatex@gmail.com

² Doutora em Educação-Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. Docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional Ensino em Saúde na Unidade Universitária de Dourados e do Mestrado em Educação da Unidade de Paranaíba - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia – GEPEGRE/Cnpq, e coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – CEPEGRE/UEMS; e-mail: maju@uems.br

will only become effective in all areas of society where all share the idea that education is the best way for people to get the basis for archetypal change. In this understanding, the municipalities need to prepare to include all students, giving priority to a call, and quality education. The School as a teaching unit that wishes to become a generator inclusion body, should seek and provide the necessary means to carry inclusive education in law and in fact, one of these means, the Educational Service Specialist - ESA. Thus, this article aims to analyze the paradigms change procedure we experience in related today the inclusion of people with disabilities has been effected in the Municipal Education System of Araçatuba / SP with actions that serve society and the family, example, to hire specialist teachers in special education, creation of spaces and materials suitable for the ESA, to improve the functional, educational and social life of students with disabilities. In this study, through the bibliographical and documentary research, based on data demonstrating the actions developed in ESA in the context of inclusive education, we were able to reflect on the existing work in the Municipal System Aracatuba Education, to demonstrate the effectiveness of this care or the need to recast the ESA to the fact that schools conducive to interaction and development of disabled students in the school context. With the results we found that in Araçatuba/SP inclusion in the wake of public policy happens and promotes education rights to all, regardless of their physical or cognitive aspects. However, it demonstrates the necessity of following this work, teacher training and the search for improvements in the Municipal Education System, especially the inclusion of actions of students with disabilities in the common room and the ESA.

Keywords: Inclusion. Difference. Teaching.

Introdução

Por toda nossa trajetória de vida, conseguimos reconhecer que enquanto seres pensantes e ativos, a reflexão sobre as vivências é fator primordial para valorizarmos a história construída de forma coletiva e individual pela sociedade.

Existe a necessidade de cada pessoa aprender com suas vivências, com cada processo vivido e ideias geradas, como a natureza nata e particular de seu ser. Necessidade essa, de passar a existir dentro de cada processo individual de vida, com a reflexão do que aprende e ensina, levando a compreensão de quem é e de quem poderá vir a ser, ao mesmo tempo em que entende a necessidade da busca pela compreensão de todos que fazem parte do mesmo ciclo de vivências e do meio em que partilha.

Bianchetti (2013, p. 8) diz que só “poderemos entender a história da humanidade se conseguirmos apreender como, nos diferentes momentos históricos, os homens foram atendendo suas necessidades básicas, isto é, foram construindo a sua existência”.

Seguindo a concepção mundial, quando o ser humano busca o ter, numa visão

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p.369-382	2015
---------------	-----------	-----	-----	-----------	------

capitalista, desejando consumir cada vez mais, procurando desfrutar de tudo que puder pegar e ter para si, deixará de lado o desejo de ser uma parte e integrante de um grupo social. Tal forma coletiva de pensar atrasa o crescimento social e filosófico, dificultando assim a valorização de cada ser humano, em suas diferenças. Diferenças que abrangem as chamadas qualidades e defeitos, que sempre dependerão do entendimento de cada um. Sendo que para muitos a diferença que um indivíduo possui é um defeito e para outros, essa mesma diferença é uma qualidade.

Em consonância a esse pensamento temos Cordeiro e Souza (2014, p. 30) que afirmam: “As consequências do preconceito é que ele tira toda a humanidade dos sujeitos. [...] se coloca as características destes sujeitos como inferiores, nega-se aos mesmos todo o potencial de vida, nega-os como alguém que pensa, tem sentimentos, direitos, sente dor, é humano”.

Essa visão histórica social e de forma global, enaltece a busca do poder pela ideia da individualidade enquanto unicidade e em menor grau enquanto ser coletivo. Nessa segunda opção, enaltecida a beleza do indivíduo enquanto ser único, diferente, capaz de participar de um grupo social como um cidadão, traz a valorização da diferença como qualidade a ser utilizada e como parte do mesmo grupo.

Santos e Moreira (2014, p. 72) descrevem a eterna busca pela perfeição inexistente e instigada pela mente coletiva social dominante abordando a psicanálise e colocando “que a deficiência gera incomodo, pois leva o homem a perceber suas próprias imperfeições, tocando na ferida narcísica da humanidade, que é manipulada com afinco pela mídia em suas manifestações de beleza, estabelecidas em um padrão mundial [...]”.

Dessa forma, coadunando ao fato de que a eterna busca do ser humano pela perfeição é infundada, uma perfeição inexistente, partilhando da concepção da transformação gradual de pensamentos e ideologias coletivas, na crença da necessidade de alteração nas ideias da sociedade, em nível global, em nível de país Brasil, por conseguinte estadual e principalmente, municipal, pois este último nível é o foco principal deste estudo.

Em nível de abrangência histórica global, o indivíduo percorreu um longo caminho, repleto de preconceitos, esses de forma sutis e grosseiras, incentivando a exclusão daqueles chamados de diferentes pela mente coletiva de cada época, permeado de entraves e lutas pela liberdade de ser e de poder estar. Nesse caminho, a história do ser humano foi se construindo, chegando ao nível em que ele se encontra hoje. Consoante, percebe-se que o preconceito pode

ser compreendido dentro de uma perspectiva histórica, pois surgiu não apenas do meio familiar e social como em respostas aos conflitos que existiram no processo natural de adaptação e luta por sobrevivência, marcas na história do indivíduo (CROCHIK, 1997).

Essa construção histórica da sociedade, com o foco a dos dias atuais, traz os elementos e informações necessárias a esse presente estudo. Um estudo que intenciona a reflexão não somente da sociedade, como primando principalmente pelo indivíduo, em seu crescimento social e cognitivo, construindo esse ser emocional que temos hoje em dia.

Ao reconhecer os direitos inatos de cada indivíduo, dentro da importância de cada ser e apesar de suas diferenças ou menores aptidões, vemos a importância da preservação dos direitos de ser e de existir, da necessidade de ser aceito pela sociedade na qual faz parte. Essa preservação demonstra a necessidade da inclusão na sociedade brasileira. A inclusão de qualquer indivíduo que nasça nesse meio, como ato nato de liberdade e cidadania, podendo se mostrar e ser aceito por sua diferença e viver junto às demais pessoas, seja na família, escola e sociedade efetivará o direito de ser um cidadão participante e útil.

No presente estudo, ao escrever sobre, denotaremos a palavra inclusão o sentido do ato real de incluir no mesmo grupo social, seja ele grande ou pequeno, aquele indivíduo que possui uma diferença em relação ao restante do grupo. Diferença essa consolidada por critérios físicos, cognitivos e algumas vezes emocionais, o que acaba gerando aos olhos da maior parte de um grupo social o entendimento de que tal pessoa necessita de cuidados e atendimentos especializados.

Portanto, acreditamos que a inclusão pode se efetivar em todos os âmbitos da sociedade – mas compartilhando da ideia de que é somente pela educação que um povo obterá a base para mudança de paradigma, seja esse qualquer for. Assim, o melhor caminho para a efetivação verdadeira da inclusão dar-se-á via escolas, como um todo.

Partindo desse entendimento, existe a clara necessidade da preparação dos municípios em receber todos os alunos, priorizando um atendimento e ensino de qualidade. A Escola, como unidade de ensino que deseja tornar-se um corpo gerador de inclusão, busca e proporciona os meios necessários para tanto; sendo um desses meios o Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado no período oposto da aula regular do aluno com qualquer tipo de deficiência.

Em âmbito municipal o foco desse estudo é o município de Araçatuba, no estado de São Paulo, no qual analisamos se o procedimento de mudança de paradigmas já iniciou e se

procede enquanto efetivação no Sistema Municipal de Ensino (SME), bem como em nível de sociedade e família, por meio das políticas públicas instituídas. Tal mudança, percebida através da introdução de mecanismos de atendimento às crianças que possuem necessidades especiais, tais como a contratação de professores especialistas nessas áreas e a criação de espaços e materiais adequados para que esse atendimento especializado aconteça, é uma forma de melhorar a vida funcional, educacional e social desses alunos.

Para a realização do estudo, a opção foi buscar documentos públicos na Secretaria Municipal de Educação, por meio da Divisão de Educação Especial os dados e analisar se os mesmos serão condizentes a Legislação exigida sobre a área específica, a nível nacional. Alguns desses documentos são embasados nas reuniões de formação continuada dos professores de AEE, reuniões, relatórios, cópias documentais de convênios, programas. Todos esses documentos são de acesso a qualquer cidadão que deseja a solicitação. Sendo a Divisão de Educação Especial do Departamento de Educação e Ensino o mecanismo detentor de maior parte desses dados, devido ao intermédio ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação junto às suas unidades escolares e a Prefeitura de Araçatuba.

O presente estudo, usufruindo da pesquisa bibliográfica, a fim de analisar o trabalho existente até o momento dentro do Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba para obter dados de relevância demonstrativa da eficácia do atendimento dentro da educação inclusiva ou a necessária reformulação do processo de ensino, enquanto atendimento educacional especializado na perspectiva inclusiva, enfatizando que a real inclusão proporciona não somente a socialização, assim como também, o aumento significativo no grau de evolução desse aluno dentro do ambiente escolar; que o objetivo maior, as escolas inclusivas, seja propiciar a interação e o desenvolvimento do aluno com deficiência no contexto escolar.

Esboço histórico da inclusão em nível global

Desde os primórdios da sociedade humana, em sua luta por sobrevivência, ela caminha para o progresso, independente de conseguir unir a todos nesse andar. Mesmo porque, em sua maioria tornou-se mais visível enaltecer o falso conceito de igualdade e fraternidade, num processo de verdadeira exclusão dos diferentes.

O direito de ser parte, de ser cidadão delegado aos poucos indivíduos mantenedores da ideologia da exclusão obrigou aqueles que reconheceram a necessidade de também fazerem

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p.369-382	2015
---------------	-----------	-----	-----	-----------	------

parte desse grupo social o dever de buscar meios de conquistar a sua utilidade, sua inclusão, em busca da cidadania e de sua razão de estar. Esse caminho leva a evolução, ao progresso.

Para exemplificar melhor, descrevemos a seguir alguns fatos e elementos marcantes na história mundial e nacional sobre o ideal de inclusão de cada ser.

Em todo esse processo de caminhar evolutivo em torno da inclusão, em toda a sociedade humana, acontecimentos primordiais geraram frutos sobre a instituição desse conceito. Sendo um desses, a constituição da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

O Brasil aceitou a ideia da construção de um sistema educacional inclusivo quando então, com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien (Tailândia, março, 1990) e também ao concordar com a resolução advinda da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca (Espanha, 1994).

Esse encontro em Salamanca, reunindo as Nações Unidas e órgãos não governamentais que visavam ações inclusivas para as pessoas portadoras de deficiências, tornou-se a base geradora de uma resolução, aprovada em Assembleia Geral, a Declaração de Salamanca. Esta é mundialmente considerada um marco de apoio à inclusão social, importante veículo documental, trazendo orientações aos ideais políticos, sociais da educação especial. Sendo de grande destaque o item:

2- Acreditamos e Proclamamos que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades

Em nossa Constituição Federal/88, no inciso III do art. 208, estabelece o direito das pessoas com deficiências a receberem atendimento educacional especializado, preferencialmente no sistema regular de ensino.

Determinando a obrigatoriedade do Poder Público e, de seus órgãos, assegurarem os direitos básicos ao portador de deficiência, incluindo a área da educação, temos a Lei Nº 7.853, 24/10/89 – DOU 25/10/89, sendo:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, 20/12/1996, capítulo V e artigo 58, versa sobre a Educação Especial e dispõe como dever da rede regular de ensino oferecê-la a todos que necessitem, assim como, a necessidade de realizar o atendimento educacional especializado na rede regular aos alunos com algum tipo de deficiência. Destacamos o parágrafo único do artigo 60 do Capítulo V “O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”.

Com o intuito de não realizar somente a inserção, como também a inclusão do ser humano enquanto indivíduo em qualquer lugar da sociedade brasileira, o Decreto Nº 3298 - 20/12/99 determina sobre a Educação, que todo e qualquer aluno tem o mesmo direito ao acesso, permanência, conhecimento e prática, com a finalidade de ser e fazer parte da sociedade. Em seu capítulo III, artigo 6º:

- I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;
- II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;
- III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

Outro acontecimento de grande destaque no âmbito nacional ocorreu por meio da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, pois desta adveio a promulgação do Decreto 3.956, de 08 de outubro de 2001. No mesmo âmbito, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão ocorreu com a promulgação da Lei Nº 10.436/2002.

Com base em todo este arcabouço legal, o município de Araçatuba³, no estado de São Paulo, mantém, desde 2008, nas escolas municipais em seus diferentes níveis e modalidades, salas de recursos multifuncionais, considerando como objetivo legal e primordial, o direito de

³ Araçatuba, município do noroeste do Estado de São Paulo, com cerca de 190.000 habitantes, com Sistema de Ensino próprio, com professoras efetivas do quadro municipal especialistas em Educação Especial.

todas as pessoas receberem Educação comum e de receber essa educação em escolas comuns, independente do tipo de deficiência.

A inclusão em nível político: histórico municipal

No estudo realizado, no âmbito do município de Araçatuba, constata-se que no ano de 1999, durante o processo de municipalização nacional do ensino fundamental criou-se a geração e assunção do tema educação especial. Nesse processo, ocorreu grande movimentação entre 2000 a 2007 dentro das “classes especiais”, quando então, no final foram extintas.

Em 2004 a Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba, por meio da Prefeitura Municipal aceitou e formalizou o convênio com o MEC/SEESP, no Termo de Adesão/Prefeitura Municipal de Araçatuba-MEC/SEESP, Brasília, 02/06/2004, com o “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” com o objetivo maior de:

informar e sensibilizar os novos gestores e educadores dos municípios polos e da área de abrangência sobre a importância do Programa, além de subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de transformação do sistema educacional brasileiro em sistema educacional inclusivo.

Depois dessa assinatura, várias ações foram planejadas e realizadas para tal fim.

Em âmbito nacional, o Ministério da Educação – MEC proporciona e fornece os recursos necessários aos estados e municípios do país, a fim de enaltecer e aprimorar a formação dos professores, prevendo a instituição do conceito de inclusão (das pessoas com deficiência) em todos os sistemas de ensino, numa perspectiva brasileira, com o objetivo de oferecer aos professores formação continuada e especializada.

Esse processo de formação continuada realiza-se claramente a fim de disseminar a política de educação inclusiva. Quando esses professores terminam a formação, devem se tornar disseminadores do conceito apreendido e aprendido, ou seja, multiplicadores para os demais profissionais, repassando o conhecimento e discussões reflexivas para os colegas de cada cidade da abrangência de seu município. Esses professores, profissionais do ensino fazem parte de municípios diversos, sendo muitos deles municípios polo e o restante, parte desse polo.

Em 2004, o município de Araçatuba por meio da Secretaria Municipal de Educação realizou o “*I Seminário Municipal do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*”⁴, um curso de formação para educadores e gestores de 32 cidades de abrangência deste município polo, sendo também participantes, os professores da rede municipal, profissionais da APAE de Araçatuba, da rede estadual de ensino, de escolas particulares do município.

Nessa fase de construção e formação de profissionais da educação inclusiva, por meio de convênios e programas de políticas públicas, o Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba enfrentou a problemática da falta de professores habilitados para trabalhar com pessoas com deficiência. Dos professores que trabalhavam com esses alunos, apenas quatro eram habilitados (dois na rede e dois cedidos para a APAE). Os demais eram professores contratados em caráter temporário sem garantia de que continuariam no sistema de ensino. Foi oferecido para 10 professores efetivos da rede regular, municipal e estadual, um curso de capacitação no AEE por meio de convênio com MEC/SEESP – Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial.

Em nível de sistema municipal de ensino, muitos fatos ocorreram para a transformação de um sistema educacional inclusivo. Fatos esses, como: a extinção das classes especiais, o encaminhamento de todos os seus alunos para as salas regulares; a criação do Serviço de Educação Especial e o cargo de Professor de Educação Básica II – PEB II em Educação Especial e, em seguida, abertura de concurso público para as distintas áreas da deficiência. Nesse ínterim, ocorreu o diálogo aberto com a instituição APAE de Araçatuba, na construção de uma possibilidade de trabalho com objetivo final de melhorar o atendimento aos alunos com deficiência. Promoveu-se também o IV Seminário para gestores e educadores de 50 cidades de abrangência e do Sistema Municipal de Educação de Araçatuba.

O ano de 2008 iniciou sem as chamadas classes especiais e com quatro Salas de Recursos Multifuncionais, uma em cada extremo do município. Nessa distribuição geográfica, as unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba, foram divididas em quatro polos, contemplando as primeiras quatro Salas de Recursos Multifuncionais. Desses, cada um era formado por escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, além das salas de Educação de Jovens e Adultos. Inicialmente, usou-se o regime de itinerância, sendo o atendimento preferencialmente na escola regular que o aluno

⁴Dados da Divisão de Educação Especial, Dep. Educação, Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura de Araçatuba

frequentava, no contraturno do ensino regular. Durante o ano de 2008, onze professores de Educação Especial foram nomeados pela Prefeitura Municipal de Araçatuba, para atender as áreas de deficiência visual, auditiva e intelectual.

Desde o início do processo de educação inclusiva foram realizadas reuniões com diretores e coordenadores das unidades escolares municipais com objetivo de informar, esclarecer e levar a reflexões sobre o papel da educação especial em níveis sociais e educacionais dentro do Sistema Municipal de Educação de Araçatuba.

Quando foi iniciado o atendimento educacional especializado e, com a promulgação dos direitos educacionais e sociais da educação inclusiva, iniciou-se com poucos alunos, mas foi crescendo a adesão pelo direito à vaga na escola regular por aqueles que estavam em instituições especializadas e/ou fora da escola. Com isso, ocorreu a necessidade crescente da ampliação do quadro de professores especialistas pertencentes à rede municipal de ensino.

Esse atendimento iniciou-se parcialmente aos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, após a avaliação realizada pelo Serviço de Educação Especial – Secretaria Municipal de Educação.

Durante os anos seguintes, continuaram os cursos de capacitação para os professores, oferecidos pela Secretaria Municipal na parceria com o MEC/SEESP, visando a Educação Especial ao nível de municípios de abrangência do Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Iniciaram-se as obras para a promoção de acessibilidade arquitetônica nas unidades escolares, advindas de recursos do Governo Federal.

O município de Araçatuba aderiu à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva⁵, seguindo suas diretrizes, e seu objetivo de:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; oferta do Atendimento Educacional Especializado, formação de professores para e demais profissionais da educação para a inclusão, participação da família e da comunidade, acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação e articulação intersetorial na implantação das políticas públicas.

Em 2009⁶, o Serviço do AEE retomou o atendimento aos alunos já atendidos no ano anterior e incluíram outros novos; foram entregues mais cinco Salas de Recursos

⁵ Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. – MEC SEESP

Multifuncionais para as escolas e mais quinze professoras de educação especial foram nomeadas.

No campo da formação continuada, ações importantes foram desenvolvidas, tais como a realização dos V e VI Seminário Municipal do Programa referente à ação, para gestores e educadores de 50 municípios de abrangência, professores da Educação Especial e gestores internos do Sistema Municipal de Educação de Araçatuba. Devido a questões inerentes a gestão municipal atual, os VII e VIII Seminários foram realizados somente em 2014 e o IX Seminário em agosto deste ano, de 2015, abrangendo os municípios do polo de Araçatuba.

Um fator muito importante para a continuação da educação inclusiva, dentro do atendimento educacional especializado foi a Formação Continuada em serviço, para todos os professores que compõem o quadro de educação especial no Sistema Municipal de Ensino em Araçatuba, realizado em seis horas semanais. Essa formação, denominada HTFC – Horas de Trabalho de Formação Contínua, determinada pelo Plano de Carreira do Magistério de Araçatuba- Lei Complementar nº 204 de 22/12/2009, tornou-se a grande conquista do trabalho dos professores de Educação Especial, visto que permite e determina que estejam em constante formação e aprimoramento de sua carreira profissional.

À Divisão e Serviço de Educação Especial no município de Araçatuba compete realizar o Atendimento Educacional Especializado, proporcionando e disponibilizando os meios e recursos necessários para bem atender aos alunos, das sessenta unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, que possam precisar de profissionais especializados e, também orientando aos professores, equipes escolares e famílias, quanto a melhor maneira de trabalhar e incluir nas salas de ensino regular.

Ao realizar esse estudo tivemos a possibilidade de analisar e obter um olhar imparcial sobre a realidade da educação inclusiva no Sistema Municipal de Educação da cidade de Araçatuba e, ao mesmo tempo, a possibilidade de fazer uma aproximação maior com o estudo e a pesquisa que será desenvolvida futuramente, diretamente interligada às professoras e a todos os envolvidos e ainda, auxiliando na reflexão constante sobre a temática.

No momento da análise dos dados, constatamos um fator de extrema importância, a reflexão feita sobre os acontecimentos dentro da história social e global, perfazendo o trajeto até o nível municipal. Respeitando a ordem e a forma como os acontecimentos ocorreram,

⁶ Dados do Plano Municipal de Educação, (em análise para aprovação)- Divisão de Educação Especial, Dep. Educação, Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura de Araçatuba

optamos pela pesquisa e análise para realizar a ação reflexiva e constatarmos que a inclusão de todos os diferentes poderá ser conseguida também por meio do atendimento educacional especializado nas escolas no âmbito de sistema de ensino de Araçatuba.

Considerações finais

O Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba demonstra seguir as determinações legais, onde todo aluno com deficiência tem o direito de ser matriculado em sala regular e de fazer acompanhamento com o professor do AEE, na sala de recursos multifuncionais no período de contra turno. A professora de atendimento educacional especializado tem em suas funções, a orientação aos professores das salas regulares, assim como o apoio material, orientação aos pais e responsáveis pelo aluno; todo esse trabalho é desenvolvido sempre nos períodos em que não faz o atendimento ao aluno.

Por este breve estudo, conclui-se que o município de Araçatuba legislativamente aderiu à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, seguindo suas diretrizes, objetivando a inclusão dos alunos com qualquer deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação junto aos demais alunos em todas as salas de aulas, dentro das sessenta escolas do município, seja no ensino fundamental, educação infantil e/ou educação de jovens e adultos. Realiza a oferta de vagas e propicia o atendimento e os recursos necessários para que o aluno com deficiência seja incluído, bem como, os demais da sala de aula o respeitem e o aceitem como um colega de turma, dentro da perspectiva de crescimento e aprendizagem que preconiza os currículos escolares.

Consideramos o tema de grande importância, por demonstrar a realidade que o Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba vivencia desde 2008, quando iniciou o Atendimento Educacional Especializado aos alunos pertencentes ao mesmo. Ao verificar a legislação do Município de Araçatuba, constata-se que a obrigatoriedade de acolhimento de alunos com deficiência está sendo seguida. Durante a coleta de dados e análise, evidenciou-se a necessidade de aprimoramento, ao mesmo tempo em que existe a comprovação da mídia, das premiações governamentais, do atual atendimento ser satisfatório, pois existe a necessidade de adequação e melhorias que venham propiciar um maior envolvimento da sociedade e das quebras de paradigmas dos preconceitos relativos à inclusão de todos, em

qualquer âmbito do meio político, educacional e social existente.

Concordamos com Moreira e Santos (2014, p. 77) de que “o grande desafio da escola inclusiva concentra-se na compreensão da multiplicidade de ideias resultantes da diversidade humana”, quando corrobora com a crença na necessidade de evolução de ideias humanas, em nível pessoal e coletivo, por meio do respeito a todas as diferenças e da beleza incutida em todas, seja em nível familiar, social e escolar. Com a união desses princípios e um objetivo comum, o caminho para construção e efetivação da verdadeira escola inclusiva para todos, torna-se realidade possível.

Esse objetivo, princípio maior, ainda precisará ser aceito, construído e acionado dentro do Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba, pois o caminho da inclusão pela aceitação de legislação federal, estadual e municipal precisa de suporte em todas as facetas, oportunizando a existência real de uma escola inclusiva para todos em Araçatuba-SP.

Referências

ARAÇATUBA. **Lei Complementar nº 204**, de 22 de dezembro de 2009.

_____. **Plano Municipal de 2010**. Secretaria Municipal de Educação, Araçatuba, em tramite.

BIANCHETTI, L. Aspectos Históricos da Educação Especial. **Rev. Bras. Ed. Esp**, Marília, v.19, n.2, p.289-300, Abr-Jun, 2013, p 7-19 .

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023**

_____. **Constituição Brasileira**, 1988.

_____. **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001.

_____. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

_____. **Decreto nº 6.253**, de 13 de novembro de 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p.369-382	2015
---------------	-----------	-----	-----	-----------	------

BRASIL. **Lei nº 853/89**. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**, São Paulo: Robel, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Capítulo II, História da Educação Especial no Brasil. In: **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC /SEESP. **Legislação**. Portal da Secretaria de Educação e de Educação Especial.

MEC /SEESP. **Portaria Ministerial nº 555**, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

PIETRO, Rosângela G. Políticas de Inclusão no Brasil: sobre novos e velhos significados para a Educação Especial. In: Mendes, E.G; ALMEIDA, M.A. **Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação inclusiva**. Araraquara-SP: Junqueira e Marin, 2010, p. 61-78.

SANTOS, Raquel Marques Ribeiro dos Santos; MOREIRA, Maria Helena Bimbatti Moreira. Tecendo aproximações entre o preconceito e deficiência no processo de inclusão escolar, p. 61-80 In: NOZU, W, C; BRUNO, M.M.G (Org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar: tensões desafios e perspectivas**. São Carlos: Pedro&Joao Editores, 2014, 220p.

SOUZA, Júnior Tomaz de; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Currículo: um espaço de diversidades, p. 17-35. In: **Educação e Diversidade: múltiplas perspectivas e processos formativos**. São Carlos: Pedro&João, 2014, 304p.